


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0009491-94.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários**
 Requerente: **ROSELANE ALVES DE MATTOS**
 Requerido: **BANCO DO BRASIL S/A**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput,
 parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos
 à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora se volta contra a
 cobrança perpetrada pelo réu pelo fato de ter efetuado um saque em dinheiro em uma
 determinada agência bancária.

Alega que ao fazer uso do seu cartão múltiplo
 acabou se descuidando e ao invés de sacar o dinheiro da sua conta poupança, acabou
 fazendo-o do cartão de crédito.

Em contestação o réu defendeu a regularidade da
 cobrança, eis que isenta de qualquer ilegalidade, ao mesmo tempo em que informou ter
 providenciado o estorno do valor reclamado diretamente na conta-corrente da autora no dia
 19 de setembro p.p.

Intimada a se manifestar especificamente acerca
 dessa devolução, com a advertência de que o seu silêncio seria interpretado como
 concordância ao quanto alegado pelo réu, a autora não se pronunciou, deixando precluir o
 seu direito de produzir de outras provas que se contrapusessem à tal afirmação .

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

Nesse aspecto, a pretensão deduzida não pode prosperar à míngua de suporte minimamente sólido que lhe desse respaldo.

Com efeito, ao deixar a autora de fazer contraprova às alegações do réu, confirmou tacitamente o estorno do valor que lhe havido sido descontado por conta do saque realizado.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 03 de dezembro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA